

**AO JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DO XXXXXXXX/UF**

**Autos nº**

**NOME**, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem, por intermédio da Defensoria Pública do Distrito Federal, oferecer as suas **ALEGAÇÕES FINAIS**, com fulcro no artigo 403, §3º, do Código de Processo Penal, o que o faz nos seguintes termos.

**1 - SÍNTESE DO PROCESSO**

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios denunciou o acusado pela prática das condutas descritas nos artigos 21, 147, 344 do Código Penal, e artigo 24-A, *caput*, da lei nº 11.340/2006. Todos em contexto de violência doméstica e familiar.

Citado pessoalmente, o acusado, por meio da Defensoria Pública, apresentou resposta à acusação.

Por ocasião da apresentação da resposta à acusação, a Defesa requereu a juntada aos autos dos relatórios colhido por meio do sistema de geolocalização do monitoramento eletrônico do acusado. Tais relatórios foram colacionados ao processo id- .

Em juízo (id- ), foram inquiridas as testemunhas NOME, NOME e NOME. Em audiência de continuação (id- ), foi inquirida a vítima NOME, bem como foi realizado o interrogatório do réu.

O Ministério Público apresentou as alegações finais da acusação (id - ) e pugnou pelo provimento da denúncia, de forma que o acusado seja condenado por todas as infrações penais, a saber: 147, 344 do código penal, 21 da LCP e 24-A da lei 11.340/2006.

Vieram então os autos à Defensoria Pública, para apresentação das alegações finais.

Eis o breve relato dos fatos.

## **2 - DO MÉRITO**

### **2.1 - DA MATERIALIDADE E AUTORIA DA CONDUTA: ABSOLVIÇÃO DO ACUSADO. FATOS OCORRIDOS NO DIA x/x/20x. INFRAÇÕES PENAIS: VIAS DE FATO, AMEAÇA, COAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO.**

Encerrada a instrução probatória, em sede de alegações finais, o Ministério Público pugnou pela procedência da denúncia, aduzindo que há elementos suficientes para a condenação do acusado por todas as infrações penais. Contudo, após análise das provas produzidas, não merece prosperar a pretensão condenatória. Primeiro, porque o acusado nega as práticas delitivas; segundo, pois as testemunhas não presenciaram os fatos.

Impende destacar que o acusado, quanto a esses fatos, discorreu que:

[...] Que estavam conversando; que estavam bem; que os dois (ele e a vítima) se alteraram; que não aconteceu do modo que a vítima falou; (agressão, ameaça) que, na verdade, após eles terem discutido ele a deixou ir para casa; que a vítima não teve que fugir dele; que ele não foi buscar arma; que, no dia dos fatos, ele não estava com o simulacro; que não golpeou a ofendida; que tiveram uma discussão e

que tem certeza de que não a agrediu com um “mata-leão”, assim como não a ameaçou [...];

Percebe-se, pois, com o interrogatório do réu, que o acusado negou ter agredido ou ameaçado a ofendida.

No que tange às testemunhas inquiridas judicialmente, cabe frisar que tanto a mãe da vítima, NOME, quanto NOME (amiga da vítima) **discorreram, em Juízo, que não presenciaram os fatos ocorridos no dia x/x/20x - os quais envolvem a contravenção penal de vias de fato e os crimes de ameaça e coação no curso do processo.**

Não bastasse isso, a vítima não confirmou integralmente os fatos, assim como apresentou contradições no seu discurso, principalmente, acerca da dinâmica dos acontecimentos, do local onde ocorreram e sobre o momento da discussão. Além disso, falou sobre outras situações que não se aplicam ao caso concreto e se utilizou de frases genéricas como: “ele sempre fala isso.”

Questionada pela Defesa sobre os fatos, a vítima disse que estavam conversando no portão da casa dela e que depois teriam brigado; que ele chutou o portão da casa da amiga dela, mas que não viu ele chutar o portão da casa onde mora, mas que acha que foi ele; que não se lembra de tudo; que tudo começou com a discussão; que conversaram sobre reatar; que gritou com ele; que ele lhe deu um mata-leão; que, em todas as discussões, ele diz que ela não ficará com ninguém se não for com ele; que ele falou isso antes do mata-leão; que não lembra as datas certas que reataram.

**No caso dos autos, não houve testemunha presencial dos fatos. Reitere-se que as testemunhas NOME e NOME depuseram com base no que a ofendida teria lhes dito. Nesse ponto, cabe frisar que a própria vítima apresenta discurso inseguro e genérico, pois utilizou com frequência em seu depoimento dizeres como: “ele sempre faz isso.”, “ele sempre**

**falava isso”. No mais, a primeira testemunha é mãe da vítima e a outra é amiga dela.**

Conquanto se reconheça que nos crimes cometidos em contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher a palavra da vítima goze de grande relevância, sobrepondo-se inclusive à versão do acusado, não é suficiente a utilização tão somente do depoimento da ofendida para o decreto condenatório.

Como cediço, quem acusa tem que provar e, no âmbito da Ciência Penal, o *ônus probandi* da existência do fato criminoso cabe ao Ministério Público, pois é o deflagrador da ação penal, cabendo-lhe provar em juízo à verossimilhança e procedência de suas afirmações constantes da denúncia.

Em relação ao acusado, polo passivo da relação penal, não bastasse a impossibilidade lógica da prova negativa, sobre ele não pode recair o ônus da prova, uma vez que a Carta Maior lhe assegura no art. 5º, inciso LVII, a presunção de inocência.

Em casos semelhantes o Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios decidiu que:

Violência doméstica. Vias de fato. Depoimentos da vítima e testemunha. Divergências. Insuficiência de provas. Princípio do in dubio pro reo. Violação de domicílio. Dolo. **1 - A palavra da vítima tem especial relevância nas infrações penais cometidas no âmbito doméstico e familiar, desde que em consonância com outros elementos de prova. 2 - Se as declarações da vítima e de testemunha são divergentes, havendo dúvidas sobre a contravenção penal de vias de fato, impõe-se a absolvição em homenagem ao princípio do in dubio pro reo. 3 - No crime de violação de domicílio, de mera conduta, a razão de ser da punição está na**

periculosidade ínsita à própria atividade. Consuma-se no momento em que o agente ingressa ou permanece no domicílio, sem autorização do morador. 4 - Se o réu - aproveitando-se do fato de o portão estar aberto - entrou e permaneceu na residência da vítima sem autorização, é de se manter a condenação pelo crime de violação de domicílio. 5 - Apelação provida em parte.

(TJ-DF 07016704720208070006 DF 0701670-47.2020.8.07.0006, Relator: JAIR SOARES, Data de Julgamento: 17/06/2021, 2ª Turma Criminal, Data de Publicação: Publicado no PJe : 30/06/2021 . Pág.: Sem Página Cadastrada.)

APELAÇÃO CRIMINAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. AMEAÇA. ABSOLVIÇÃO. PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO REO. RECURSO PROVIDO.

**I - Ainda que a palavra da vítima, nas infrações penais praticadas no âmbito familiar e doméstico, revista-se de especial credibilidade, ela deve, para ensejar a condenação do réu, ser firme e segura e estar aliada a outros elementos probatórios. Isolada no contexto probatório, a absolvição do réu é medida que se impõe-se.**

II - Recurso conhecido e provido.

(Acórdão n.1031885, 20161310012896APR, Relator: NILSONI DE FREITAS CUSTODIO 3ª TURMA CRIMINAL, Data de Julgamento: 13/07/2017, Publicado no DJE: 19/07/2017. Pág.: 217/221).

Logo, o acusado deve ser absolvido diante da insuficiência de provas com fulcro no artigo 386, VII, do Código de Processo Penal.

## **2.2 -DA COAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO CRIME DESCRITO NO ARTIGO 344 DO CÓDIGO PENAL.**

Não merece prosperar a acusação sobre o crime de coação no curso do processo. Isso porque, em que pese o acusado ter dito que pediu para a vítima não prestar depoimento em juízo, **em nenhum momento o réu disse que a ameaçou ou que a agrediu com o fito de que ela não prestasse depoimento. Muito menos teria dito que “alguém iria cobrá-la por isso”.**

Na verdade, tratou-se apenas de um pedido, sendo que tal conduta não se amolda à conduta descrita no artigo 344 do Código Penal, **pois o tipo penal exige uso de violência ou grave ameaça.**

**Ocorre que, em nenhum momento, ficou comprovado judicialmente que o acusado teria coagido a ofendida com o fito de se beneficiar no processo.**

Em relação às testemunhas ouvidas sobre esse fato, apesar de muitas pessoas terem sido inquiridas judicialmente, nenhuma delas foi testemunha presencial dessa infração penal.

Desse modo, deve-se homenagear o princípio *in dubio pro reo* com vistas à prolação do decreto absolutório, devendo prevalecer a garantia da liberdade frente à pretensão punitiva do Estado.

### **2.3 - DO CRIME DE DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS: ABSOLVIÇÃO DO ACUSADO.**

Sobre o crime de descumprimento de medida protetiva (artigo 24-A da Lei 11.340/2006), não deve prosperar a pretensão veiculada na denúncia, tendo em vista que, após o deferimento das medidas protetivas, o acusado asseverou, judicialmente, que a vítima sempre era a primeira pessoa a visita-lo quando ele estava solto e que sempre tinham um vínculo.

Além do mais, o acusado disse ainda que quando estava usando a tornozeleira eletrônica tinha reatado com a ofendida. Disse ainda que a vítima mandava mensagens para ele; que se encontravam; que mantiveram o vínculo a despeito das medidas protetivas.

Outrossim, as testemunhas NOME, NOME e, até mesmo, a própria vítima apresentaram discurso no sentido de os envolvidos tinham reatado. A Testemunha NOME disse ainda que não viu o réu indo à casa da vítima, porém que eles sempre estavam “ficavam indo e vindo o tempo todo.”

Questionada pela Defesa sobre as proximidades da sua casa e a casa do réu, NOME disse que a casa dele é próxima da sua.

No que tange ao depoimento das testemunhas policiais NOME e NOME sobre o crime de descumprimento de medidas protetivas, os agentes públicos afirmaram que encontraram o réu na parada de ônibus com um amigo dele. Nesse ponto, o depoimento do acusado, em sede policial , é confirmado, pois o réu disse que estava pedalando e que não teve a intenção de infringir qualquer norma.

Além disso, o acusado discorreu que a ofendida sempre o procurava e que, mesmo com as medidas protetivas, estavam se relacionando.

Impende destacar que, diante da fala das testemunhas, do acusado e da própria vítima, o acusado deve ser absolvido do crime

de descumprimento de medidas protetivas, uma vez que a ofendida tinha consentido com o contato do réu. Além disso, a vítima não o denunciou por descumprir o distanciamento social.

Repita-se que ficou claro nos autos que as partes reataram o relacionamento, logo não se pode inferir que o agente teve o dolo de cometer essa infração penal, uma vez que a própria vítima tinha contato frequente com o réu. Além disso, mesmo quando foi abordado pelos policiais, o réu disse que não teve intenção de infringir a decisão judicial.

Dessa forma, a absolvição aqui se impõe como medida de justiça, conforme preceitua o artigo 386, inciso III, do Código de Processo Penal.

**Em caso de condenação, a Defesa requer a aplicação da detração penal, tendo em vista que o acusado está preso desde o dia x/x/20x**

### 3. **CONCLUSÃO**

Por todo o exposto, a Defesa Técnica requer que seja julgada improcedente a pretensão acusatória para ABSOLVER o acusado das imputações contidas na denúncia, com fulcro no art. 386, incisos III, VI, VII, do Código de Processo Penal. Subsidiariamente, a aplicação do instituto da detração penal, haja vista que o réu está preso desde o dia x/x/20x

Pede deferimento,

LOCAL E DATA

**NOME**



Defensor Público do UF